

COMENTÁRIOS

RESENHA

GRAZIANO DA SILVA, José. **Tecnologia e Agricultura Familiar**. Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 1999. págs. 238.

Professor titular da Economia Agrícola do Instituto de Economia da UNICAMP, onde doutorou-se, José Graziano da Silva é um dos mais expressivos analistas do mundo rural brasileiro. Estudioso das transformações na agricultura brasileira nas últimas décadas, o referido cientista tem mostrado com sua análise crítica as contradições pelas quais passam a economia rural no Brasil, percebendo como inerente ao processo, a exclusão do campesinato brasileiro da terra e sua conseqüente proletarização.

Exemplo como este está presente no livro *Tecnologia e Agricultura Familiar*, lançado pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O livro em questão é composto por uma coletânea de sete artigos que discorrem, apontam e propõem políticas alternativas para o saneamento das contradições do “desenvolvimento rural” no Brasil.

Com o título *O Progresso Técnico na Agricultura*, o primeiro capítulo discute o crescimento da produtividade do trabalho nas relações capitalistas de produção tendo como participante o incremento tecnológico. A agricultura enquanto parte do sistema não foge à regra, apesar de depender dos fatores naturais (clima, água, solo, etc.) para que se efetue o processo produtivo final. Assim, os fatores fabricados (máquinas, insumos, etc.) atuam na agricultura e são importantíssimos no aumento da produtividade; porém, como fatores “dependentes” do natural estes ainda estão sujeitos ao ciclo biológico dos vegetais e animais. Essa situação é parte concreta do processo de tecnificação no campo, o qual transformou a natureza num ramo da indústria. Como consequência direta das inovações tecnológicas no campo, houve uma eliminação paulatina da produção camponesa, visto que esta não conseguiu competir em igualdade com os produtos dos empreendimentos capitalistas.

Agricultura Alternativa e Desenvolvimento Tecnológico é o título do segundo capítulo. Nele, o autor analisa as contradições presentes no processo de tecnificação

da agricultura nas últimas décadas. Para ele, não se pode creditar unicamente a tecnologia as responsabilidades pelas mazelas oriundas ao processo de modernização no campo, mas sim, a um sistema social e econômico que visa apenas a apropriação dos meios de produção e dos seus resultados de forma exclusivamente privada. Para que essa situação se transforme, é necessário a gestação de uma “produção da consciência” social nova. Essa nova consciência terá o incumbência de buscar superar os atuais objetivos pelos quais são pensados e realizados a produção agrícola, responsáveis diretos pela destruição da natureza. Urge então discutir e implantar uma proposta alternativa para o mundo rural.

No terceiro capítulo Agricultura Sustentável: Novo paradigma ou novo movimento social?, o estudioso enuncia propostas para uma possível aplicabilidade da agricultura sustentável no Brasil. Propõe a implantação de medidas fiscais não puramente punitivas, a cobrança de impostos dos que poluem e dos usam produtos químicos. Analisa ainda os movimentos sociais brasileiros que tratam do setor ambiental, percebendo uma influência muito forte sobre estes de organismos internacionais e de agências de países desenvolvidos como a Alemanha, Japão, Grã-Bretanha e Estados Unidos. Observa que há uma falta de critérios para a aplicação dos recursos destinados a proteção do meio ambiente pelos órgãos governamentais e denuncia que os projetos desenvolvidos pelas ONGs(organizações não governamentais) brasileiras, na maioria das vezes, não são concluídos. Alerta que a crise instalada no desenvolvimento das políticas de meio ambiente não se dá necessariamente por falta de recursos, mas pela falta de critérios que perceba a possibilidade da sustentabilidade do projeto, bem como, da desorganização e do gerenciamento incorreto dos recursos. A subordinação das políticas ambientalistas a objetivos econômicos e a questões de segurança nacional também contribuem para a crise instalada nos movimentos sociais que propagam uma agricultura sustentável.

A modernização conservadora dos anos 70 é a temática tratada no quarto capítulo. Neste, se discute os principais resultados do processo de modernização agrícola no Brasil, quando se criou os complexos agroindustriais e entrou em decadência os complexos rurais. A modernização que gestou a agroindústria, trouxe como consequência direta a subordinação e dependência da agricultura em todo o desenrolar de seu processo produtivo por parte dos capitais agroindustriais. O aumento da produção e da produtividade possibilitou a concretização de um mercado interno,

porém, a tecnificação gestou uma “lumpenização” de parte do campesinato brasileiro, por estes não terem condições objetivas de se adaptarem ao novo que se implantava. As conseqüências diretas foram a concentração fundiária, o êxodo rural, uma maior exploração da mão-de-obra e uma maior concentração de renda.

O quinto e o sexto capítulos se complementam. Tendo como títulos Tecnologia e Campesinato e Diferenciação Camponesa e Mudança Tecnológica, tratam de forma crítica os modelos padrões impostos a tecnificação da agricultura brasileira, responsáveis diretos pelo processo de proletarização dos camponeses. Percebe-se que o pequeno produtor não conseguiu absorver a mecanização na sua plenitude por não dispor de uma escala mínima de produção excedente e pela falta de apoio creditício por parte do Estado. É imprescindível então uma política subsidiada para a agricultura familiar na qual o Estado controle os preços e especifique as normas de produção destinados a agricultura familiar.

Resistir, Resistir, Resistir: Considerações Acerca do Futuro do Campesinato no Brasil é o título do sétimo e último capítulo. Ao fazer uma tipologia da propriedade agrária no Brasil o autor percebe que entre as três categorias principais – empresas capitalistas, empresas familiares e camponeses – são estes últimos os que têm menor condições de reprodução por não disporem de capital mínimo de mobilidade que lhes possibilitem tecnificar a produção. Aponta então para a necessidade de realização de políticas agrícolas compensatórias como estratégia de combate a pobreza no campo. Para isso, é necessária a atuação do Estado, desenvolvendo políticas públicas que atendam aos camponeses e trabalhadores rurais.

Vê-se, pois, que o livro em questão é uma obra engajada na defesa do campesinato brasileiro que luta por melhores condições de vida. Como tal, é leitura indicada para os estudiosos que se preocupam com as transformações e impasses na área rural. O autor advoga a necessidade de se pensar nos dias atuais um novo projeto de sociedade para que se possa pensar a sustentabilidade do mundo rural. Para alguns essa “defesa” é “indefensável”. Tomar posição em defesa do “indefensável” nos fez lembrar o poeta turco Nazim Hikmet quando diz: “Se eu não me queimo, se tú não te queimas, se nós não nos queimamos, como as trevas se tornarão claridade?”.

José Mário dos Santos

Graduado em História/UFS, aluno do Mestrado do NPGEU/UFS.